

A. BARRETO MENEZES CORDEIRO, LLM
PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

DA SIMULAÇÃO NO DIREITO CIVIL

2.ª Edição

DA SIMULAÇÃO NO DIREITO CIVIL

AUTOR

A. BARRETO MENEZES CORDEIRO

1.ª Edição: janeiro, 2014

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Rua Fernandes Tomás n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904

Fax: 239 851 901

www.almedina.net

editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Julho, 2017

DEPÓSITO LEGAL

429359/17

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
CORDEIRO, A. Barreto Menezes

DA SIMULAÇÃO NO DIREITO CIVIL – 2.ª ed.

ISBN 978-972-40-7072-8

CDU 347

ÍNDICE

Modo de citar e abreviaturas	11
------------------------------------	----

§ 1.º Introdução

1. Aproximação	15
2. Relevo jurídico-científico e proeminência prática	16
3. A simulação na literatura jurídica	17
4. Plano de trabalho	20

CAPÍTULO I EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPARATÍSTICA

§ 2.º Evolução histórica

5. Direito romano	21
6. Glosadores	24
7. Comentadores	27
8. Humanistas	28
9. Pandectistas	30

§ 3.º Direito comparado

10. Enquadramento	33
11. Direito francês	33
12. Direito italiano	37
13. Direito alemão	39
14. Direito brasileiro	41
15. Direito inglês	42
16. DCFR	44

§ 4.º Experiência portuguesa

17. Ordenações	45
18. Código de Seabra.....	48

§ 5.º Formação e origens do regime vigente

19. Do anteprojecto Alarcão à versão definitiva do regime simulatório vigente.	51
20. Artigo 240.º (Simulação).....	53
21. Artigo 241.º (Simulação relativa)	54
22. Artigo 242.º (Legitimidade para arguir a simulação)	57
23. Artigo 243.º (Inoponibilidade da simulação a terceiro de boa-fé).....	61

CAPÍTULO II
ANÁLISE DOGMÁTICA E SISTEMÁTICA

Secção I

Parte geral

6.º Requisitos da simulação

24. Introdução: os três requisitos clássicos	65
25. Acordo entre o declarante e o declaratário	66
26. Negócios unilaterais simulados	70
27. Enganar terceiros	72

§ 7.º Modalidades de simulação

28. Simulação inocente e simulação fraudulenta.....	75
29. Simulação absoluta	76
30. Simulação relativa	78
31. Simulação objetiva total	81
32. Simulação objetiva parcial.....	82
33. Interposição fictícia de pessoas	85

§ 8.º Nulidade do negócio simulado: efeitos substantivos
e legitimidade processual

34. Nulidade do negócio simulado	87
35. Legitimidade dos simuladores.....	88

Índice geral

9

36. Legitimidade de terceiros em geral	89
37. Legitimidade dos herdeiros legitimários	91
38. Legitimidade dos herdeiros em geral e dos legatários.	93
39. Legitimidade dos credores.	95

§ 9.º Inoponibilidade da nulidade a terceiros de boa-fé

40. Princípio geral	97
41. Inoponibilidade da simulação e preferências legais	98

§ 10.º Conflito de interesses entre terceiros

42. Enquadramento	101
43. Do Anteprojeto Alarcão à sua exclusão da versão final do Código Civil	101
44. Teorias casuísticas e teorias sistemáticas.	103
45. Solução preconizada	107

§ 10.º O Valor do negócio dissimulado

46. Princípio geral	109
47. A forma do negócio dissimulado: reenquadramento e apresentação das diferentes teorias.	109
48. A teoria da forma da declaração	111
49. A teoria da forma do negócio.	114
50. A teoria da <i>ratio</i> da forma	116
51. Panorama jurisdicional	120
52. Solução preconizada: enquadramento	121
53. Solução preconizada: elementos interpretativos	122
54. Solução preconizada: artigo 238.º	127

§ 11.º A prova da simulação: limitações processuais dos simuladores

55. Enquadramento	131
56. Evolução histórica	132
57. Interpretação restritiva do artigo 394.º: a <i>ratio</i> do preceito.	134

Secção II

Parte especial

§ 12.º Simulações especiais

58. Simulação de casamento	139
59. Simulação de testamento	141
60. Simulação fiscal	142
61. Simulação processual.	144

§ 13.º Figuras afins à simulação

62. Enquadramento e figuras afins	147
63. Negócio fiduciário	149

Índice de jurisprudência	161
---	------------

Índice onomástico	167
------------------------------------	------------

Índice bibliográfico	173
---------------------------------------	------------

Índice ideográfico	187
-------------------------------------	------------